

# Um olhar discursivo para o trabalho de *scriptors* face o dizer do outro

Doutorando Helder Sousa Santos<sup>1</sup> (UFU)

...

## **Resumo:**

Buscamos compreender, neste trabalho, **como** o dizer do outro foi (re)formulado em uma redação produzida em contexto de vestibular por um *scriptor*. Para aduzir isso, recorreremos à noção de memória discursiva que o quadro teórico de Análise de discurso de tradição francesa elaborou. Noutras palavras, construímos um olhar teórico-analítico — descritivo e interpretativo — para operações subjetivas da ordem do confrontar, deslocar, extrair e recortar (PÊCHEUX, 1981) informações de um texto motivador exposto em uma prova de redação de vestibular. Face a essas operações, sublinhamos que existem lugares discursivamente (de)marcados para atos de significação assumidos por dada posição *scriptor*.

**Palavras-chave:** memória discursiva, redação de vestibular, (re)formulação do dizer.

## **1 Introdução**

Em tese, este trabalho constrói formas de compreensão para o modo com que um *scriptor*<sup>1</sup> (leitor e escrevente de textos) trabalhou o dizer do outro em uma materialidade linguística (M1) formulada por ele em situação de vestibular. Para tanto, apoiamos-nos em noções teóricas pressupostas a estudos de Análise de discurso (AD) de tradição francesa — sobremaneira nas noções de memória discursiva e de interpretação. Ambas noções permitir-nos-ão analisar, descrever e interpretar movimentos subjetivos (MSs) realizados por *scriptors* em operações reconhecidas por Pêcheux (1981) de “*confrontar, deslocar, extrair, recortar*” informações de textos — em nosso caso, a partir de informações de um texto motivador (TM) apresentado em uma prova de redação de vestibular. Feito isso, mostraremos que, em M1, há sentidos-outros funcionando em relação (ou não) a outros dizeres, a “já-ditos” no TM, e a sentidos que se desarticulam naquilo que *scriptors* tentaram (re)escrever — neste último ponto, trata-se do “meio-plágio”, isto é, um produto de linguagem que não delimita dizeres, uma mera colagem de enunciados do TM. Em vista das questões precedentes, haverá que ser reconhecido que tais MSs ante o dizer do outro, por serem (e)feitos da/na inscrição de sujeitos em enunciados que a princípio não os constituíam (efeitos de memória discursiva), podem (d)enunciar mo(vi)mentos relativos ao que Pêcheux (1981) compreende por “leitura-trituração”. Uma leitura que poderá se efetivar em meio a tensões — (con)fusões — sentidurais representadas em materialidades linguísticas, relacionando, sob maneiras diferentes, sentidos que não mais serão como os de outrora.

## **2 Sobre a noção de memória discursiva: algumas notas**

Antes de apresentar, neste tópico, algumas reflexões teóricas sobre a noção de memória em trabalhos de AD, julgamos necessário avisar ao leitor que não se trata de um conceito — tal qual é compreendido no campo da Psicologia de caráter experimental ou corriqueiramente — esclarecedor de questões relacionadas a um substrato orgânico, nem de um repositório de informações do pensamento humano. Nesse sentido, sem discutirmos, aqui, os significados que essa psicologia construiu para o que concebe por memória, há que se destacar que um dos problemas decorrentes desse modo de ler/compreender tal noção está em

---

<sup>1</sup> Noção elaborada por Calil (2008).

(...) associar diretamente a memória ao organismo vivo, sob a forma de traços que constituem a inscrição individual interna de fenômenos exteriores a esse organismo (sob a forma de esquemas comportamentais e/ou operatórios reativáveis, de natureza mais ou menos complexa, que transitam desde o traço pontual do choque traumático até a construção ativa de uma memória semântica) (PÊCHEUX, 2011, p. 141).

Com efeito, não é de uma memória semântica, nem de uma memória acessível a um suposto sujeito intencional que trabalhos em AD falam. É, ao contrário, de um saber discursivo que, historicamente, na e pela linguagem, os homens construíram para o inserir de seus dizeres, tornando-os possíveis de significar. Porém, é oportuno sublinhar que esse saber discursivo (para o qual desconhecemos uma origem) não corresponde a alguma produção que aos homens foi ensinado. Na verdade, trata-se de algo mais, trata-se daquilo que, efetivamente, os constitui, funcionando, pois, sob a forma de um efeito, de um já-dito em outro lugar o qual é possível de determinar ali mo(vi)mentos de inscrição humana.

Nesse caso, como há diferentes formas de abordagem do tópico memória (memória enquanto lembrança, reminiscência, aquilo que é individual e memória enquanto materialidade complexa, um fato de linguagem inextrincável no processo de constituição de sentidos), é preciso que (de)marquemos qual especificidade esse conceito possui em nosso estudo. Assim, via perspectiva discursiva, a que nos filiamos, memória, conforme escreve Pêcheux (1999, p. 56), corresponde a “(...) um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Nesse passo, nota-se, então, que — na óptica da AD — a noção de memória não funciona como um efeito linear, nem como um conteúdo suposto de controle de um sujeito psicologizante. Isto já pode ser recusado por nós em vista de dois motivos. O primeiro deles diz respeito à própria noção de significação, a qual, discursivamente, impõe-nos assumir que os sentidos não se (des)envolvem em uma reta que permita mensurá-los, segmentá-los — eles, conforme pontua Orlandi (2008, p. 46), “(...) se desenvolvem em todas as direções (...)”, daí não termos como evitar suas dispersões e falhas constantes. Já o segundo dos motivos diz respeito ao fato de haver outra noção implicando a noção de memória discursiva e, também, a noção de significação. Trata-se, por sua vez, da noção de historicidade do dizer. Historicidade que, em seu movimento de significar o dizer, em nada aponta para um *continuum* linear e estável de datas que porventura fossem capazes de encadear fatos “já ocorridos”, mas para aquilo que diz do sentido e de uma possível representação formulada para este.

No que toca à noção de historicidade que constitui a memória do dizer, importa, aqui, salientarmos o pensamento de P. Henry (1994). Assim, nas palavras desse autor, “(...) não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (P. HENRY, 1994, p. 51-52).

Dessarte, observa-se que a noção de memória discursiva está diretamente implicada a um processo histórico; ao processo que fomenta a constituição, a formulação e a circulação de sentidos que ela representa na/pela linguagem. Quanto a essa implicação que a memória discursiva tem com a historicidade do dizer, destacamos o fato de que encontra-se aí uma porta de entrada para a compreensão de aspectos relacionados à produção de sentidos em textos que formulamos.

Com efeito, uma das maneiras que nos permite compreender isso pode estar justamente no fato de que, durante tentativas de (re)formular um dizer que não é nosso, que não nos constitui, há processos que afetam o sujeito de dizer e (seus) os sentidos que ele deseja (meta)enunciar. Estes processos se dão, conforme a esclarecimentos de Pêcheux (1995), por esquecimentos, notadamente, pelos esquecimentos que designou de *n.1* (aquele que oferece ao sujeito de discurso uma realidade ilusória na qual ele se coloca como origem do dizer, como uma fonte exclusiva de sentidos e, ainda,

como um suposto “criador” de “seu” discurso) e de *n.2* (aquele que, em decorrência do esquecimento *n.1* e de efeitos ideológicos atuantes no dizer, impõe o *Um* de sentidos ao que, assim, o sujeito julga ter conseguido formular para seu ouvinte/leitor; nisso existe uma ilusão: a de que o dizer do sujeito é transparente e não poderia sê-lo senão da maneira com que o representou).

Como, então, o sujeito recorre a redes de memória discursiva para significar o dizer, esse seu saber linguístico-discursivo que atua ali só pode se efetivar através dos esquecimentos *n.1* e *n.2* aludidos. Por sua vez, esses esquecimentos, estando em relação de implicação, constituem a própria memória discursiva, já que, nas palavras de Pêcheux (1995, p. 162), “(...) ‘algo fala’ sempre ‘antes’, em outro lugar e independentemente”, produzindo, por conseguinte, um efeito de já-dito. Nesse sentido, “o que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras” ORLANDI (2002, p. 32).

Acerca desse posicionamento anterior, observa-se, uma vez mais, que a noção de memória discursiva (ou interdiscurso) produz determinações históricas em dizeres que (re)formulamos. Nisso, também, encontra-se uma questão que adiante nossa análise aduz: o fato de que há efeitos de interdiscurso determinando gestos de interpretação de *scriptors*, já que estes, “obedecendo” a injunções da instância vestibular, tendem (re)escrever fatos (partes) do dizer do outro.

Disso, também, decorre notar que o próprio processo de significação já convoca sentidos exteriores às nossas formulações, com propósito de significá-las e de, na ilusão de fazer um “**todo**” de coerências, fomentar uma textualidade. A este respeito, é relevante, estando por findar o presente tópico sobre especificidades teóricas da noção memória discursiva em trabalhos AD, a citação seguinte, de Pêcheux (1999), a qual nos serve para sumarizar o estatuto dessa voz sem nome habitante de nossos dizeres. Consoante a esse autor,

(...) memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

O que fica ressaltado nesta citação relaciona-se ao fato de que a noção de memória discursiva tem uma função específica na linguagem: a função de restituir implícitos, isto é, formulações dispersas e distintas que podem instituir um novo domínio discursivo. Acerca dessa função, que não pode ser empiricamente deduzida nos textos que produzimos, lembramos, também, que ela só pode ser descrita e interpretada por analistas de discursos atentos à escuta de redes de implícitos trabalhados sobre a base de um imaginário que os representa como memorizados (ACHARD, 1999, p. 13). Sua análise, então, não equivale a uma mostração de gestos-analista; gestos que se esforçariam por explicitar o passado do dizer, fazendo, em decorrência, retornar informações que se “articulariam” somente ali.

Sem perdermos de vista essas reflexões teóricas em torno da noção de memória discursiva (para a AD), sobremaneira, no que tange seu caráter histórico que determina a própria constituição e estruturação da linguagem, vejamos no tópico seguinte **como** ela se relaciona a outra noção: à de interpretação em trabalhos de AD.

### 3 Sobre a noção de interpretação: algumas notas

Na obra “**Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico**”, de E. Orlandi (2004), encontramos uma vasta e profícua discussão acerca da noção de interpretação em trabalhos de AD. Quanto a essa discussão, nota-se que, em tese, seu desenvolvimento se dá a partir dois pressupostos teóricos que a autora assume para compreender o estatuto de tal noção em estudos discursivos; noção que em nada tem a ver com “encontrar conteúdos nas palavras de um texto”, mas com um gesto que permite o leitor “(...) explicitar o modo como um objeto simbólico produz

sentidos (...)” (ORLANDI, 2004, p. 64). Tudo isso da parte do trabalho de um analista de discurso.

Em relação a esses dois pressupostos, cumpre destacar que a autora referida toma-os como decorrentes da possibilidade de conceber a noção de interpretação enquanto **gesto** e enquanto **atividade** de linguagem motivada pela **incompletude do simbólico** (incompletude que permite aquele acontecer). Assim, na condição de um gesto, Orlandi (2004, cf., p. 10) compreende que a interpretação representa um trabalho contínuo de leitores na relação que, constantemente, mantêm com o simbólico. É por isso, então, que um leitor não tem como se furtar a ela, nem mesmo deixar de representar gestos (seus) que, por meio da linguagem, exprimam aquilo que viu, ouviu ou leu contextualmente. Interpretar, na perspectiva da autora, corresponde, pois, a uma injunção da própria linguagem, que, ao ser trabalhada pelos mecanismos da história e da ideologia, convoca sujeitos a tecerem fatos linguageiros que possam representar posições/perspectivas de outras instâncias sujeito em suas relações com o mundo.

Com efeito, durante o movimento de interpretar o simbólico, esses sujeitos, os quais são interpelados pela ideologia, construindo aquilo que Pêcheux (1995) chama de “forma-sujeito histórica”, apagam a espessura material constitutiva do dizer, o que, em decorrência, produz um efeito de transparência na materialidade linguística enunciada. A historicidade do dizer, nesse passo, é apagada, para que sentidos sejam “percebidos” na suposta imanência de formas da língua que “os dizem”.

É sobre essa suposta transparência da linguagem que o estudo de Orlandi (2004) em torno da noção de interpretação se debruça. Não exatamente para combatê-la — ato esse impossível, já que ela é parte do funcionamento da própria língua —, mas na possibilidade de nos apresentar um desafio teórico (seu) que, negando qualquer previsibilidade para o sentido, instigue-nos a perscrutar os meandros sócio-histórico-ideológicos por onde enunciados enviesam-se até se constituírem.

Aí é que entra a questão da incompletude da linguagem, dos sentidos — e dos próprios sujeitos de linguagem. Ora, se a linguagem funcionasse em sua suposta totalidade e transparência de formas, os sentidos que ela “já” teria como produzidos estariam fechados, estabilizados, o que, conseqüentemente, a nós, em sua vã literalidade, restaria senão recitá-los.

No que então respeita à noção de interpretação, é preciso sublinhar que poderá haver espaços/lacunas em gestos de (re)dizer — esses/essas como sendo decorrentes de gestos de ler-interpretar-(re)-produzir (dis)discursos —, estando, pois, a d(e)nunciar aí possíveis movimentos/posições de confronto de sentidos/sujeitos e de deslocamentos destes — posições que podem (bem ou não) ser assumidas pela forma-sujeito histórica. Por sua vez, são a esses movimentos/posições que o analista de discurso não deve prescindir, pois, se assim o fizer, cairá nas “evidências do sentido” que toda materialidade linguística, sob efeito de processos sócio-históricos e ideológicos, simula.

É, também, sobre isso que acabamos de discorrer no parágrafo acima que o presente trabalho faz notar. Em vista do que apresentamos, há que ser confirmado que a linguagem não é exatamente transparente na forma com que parece. Ao contrário, ela é opaca, é feita de sentidos materialmente empilhados na espessura de seu corpo. E, por não ser transparente, mas opaca, estruturalmente incompleta, é que nela funcionam mecanismos de produção de sentidos — como é o caso da memória discursiva, há pouco abordada —, que autorizam a realização de gestos de interpretação àqueles que estão imersos no simbólico.

Essa anterior constatação, é preciso sublinhar, corrobora o fato de que, além das determinações sócio-históricas que (in)fluem nos dizeres, os gestos de interpretação do leitor, também, atuam aí. Contudo, tais gestos, por serem trabalhados na presença de historicidades e em meio a formações discursivas que orientam enunciações, ficam sob olhares do que, via discurso, “(...) pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

A noção de interpretação, com efeito, relaciona-se com uma exterioridade, a qual passa a constituir e a sobredeterminar aquilo que, discursivamente, os gestos de interpretação do leitor poderão (e deverão) mobilizar durante mo(vi)mentos de ressignificação gerados (inicialmente) a partir de um dado dizer. Nessas circunstâncias, então, faz todo sentido considerar, semelhante Orlandi (2004), a interpretação como sendo um **gesto**; um gesto que, portanto, produz diferentes

efeitos de sentido (sejam estes da ordem do “mesmo” ou do diferente).

Em decorrência desse modo orlandiano que atribui estatuto de gesto à noção de interpretação, pode-se questionar o seguinte: no simbólico, há disputas de sentido em jogo implicando um ou outro gesto de interpretação?

Ora, essa interrogação que acabamos de formular também diz do estatuto teórico que a AD de linha francesa confere ao termo interpretação. Assim, por ser esse termo um meio de caracterizarmos fatos determinantes da condição ontológica do ser-homem no mundo, há, antes de nada mais, que se notar aí uma posição discursiva (sua) que efetivamente estará em jogo; uma posição que trabalha e é trabalhada, conforme já dissemos aqui, a partir de uma base material (o já-dito) que, historicamente, no interior de uma formação discursiva dada, orienta um e/ou outro sentido(s) para o dizer.

Ademais, quanto ao fato de os sentidos serem disputados por gestos de interpretação, isso se dá porque o sujeito de dizer, estando a delimitar sítios de significância (ORLANDI, 2004, p. 64) na materialidade linguística que (re)formula, é historicamente afetado e interpelado por determinados sentidos e não por outros, dado que sempre há intervenções de sentidos — intervenções do interdiscurso — regularizando possibilidades de formulação para o dizer. Portanto, “a interpretação (...) não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma (...)” (ORLANDI, 2004, p. 67-68). Ela, uma função da ideologia, está **sempre** (pre)estabelecida.

A seguir, passamos à análise e compreensão de **modos** com que o dizer do outro foi trabalhado por um *scriptor* em uma redação produzida por ele em contexto de vestibular. Para tanto, gostaríamos que o leitor não se desligasse do que acima dissemos acerca das noções de memória discursiva e de interpretação. Estas noções perpassam o que doravante exibimos: nosso olhar teórico-analítico construído mediante a opacidades constitutivas de duas redações de vestibular; opacidades que, aqui, d(e)nunciam para nós mo(vi)mentos subjetivos da ordem do confrontar, deslocar, extrair e recortar informações, a princípio, “originadas” do texto motivador da prova de redação de vestibular.

## 4 A análise

Para o caso da M1, notamos que, de saída, o (seu) **scriptor** deslocou redes de sentidos do TM, sem dotá-las de consistência relacional (com fatos que poderiam significar ali enquanto um saber (re)formulável).

Antes de aduzirmos isso, vejamos o que a M1 enreda:

### M1: A filosofia de vida por tras das ações humanas

Dentre os vários aspectos determinantes para a conduta moral e ética de um indivíduo, existem aqueles que podemos considerar como os mais importantes. A condição de vida interna elevada, os fatores sociais, econômicos e culturais figuram de longe no topo dessa lista. (X)A interferência no comportamento humano através da ciência, para a melhoria do convívio social ou como forma de política pública para a redução da criminalidade, precisa estar nas mãos de pessoas extremamente qualificadas para essa tarefa. Os valores humanos universais, precisam estar em primeiro plano.

O cérebro humano, por sua própria complexidade, possui aspectos a se cruzar como formas de resolução das psicopatias desde as mais simples às mais graves. (Y)As tecnologias e as ciências para os problemas da condição humana não possuem um fim em si.

A evolução, a transformação e a subversão no campo abstrato são múltiplas e ramificadas, talvez infinitas. Que dizer dos aspectos de existência e não existência da mente humana? Sim, porque sua existência traz parte do senso comum, porém (Z)uma tomografia não capta o detalhamento da mesma. Portanto,

posso concluir que ela possui esses dois aspectos.

A herança genética dos criminosos, (W)os traumas físicos e psíquicos, da infância, ou a própria vontade de se tornar mau devem ser inseridas nesse contexto. Em suma, o caminho do meio que não abarca extremos e presa o equilíbrio entre as partes, deve ser a medida das questões que definem a intervenção no comportamento desses criminosos.

Face a esses enunciados que se encontram sublinhados na M1 em tela (X, Y, Z e W), percebem-se, pois, inconsistências de sentidos que pouco relacionam dizeres. Isso, com efeito, configura para nós o que Orlandi (2008, p. 144) nomeia de “meio plágio”, isto é, nas palavras da autora, uma escrita que “(...) não compreende o dizer do outro, não o situa, perdendo assim a possibilidade de trabalhar o seu próprio gesto de interpretação, o que o faria ir mais longe, o faria significar de outra maneira, distinguindo-se realmente em sua formulação”.

Nesse sentido, aqui, identificamos como sendo efeitos de “meio plágio” as quatro passagens destacadas na M1, posto que comprometem a articulação de argumentos “construídos” por seu **scriptor**, quem desejava dizer algo sobre uma suposta “prática de vida” (ainda) velada em ações humanas. Ora, tudo que aí se tentou (re)dizer pelas quatro passagens não chega a delimitar sentidos engendrados no TM. Nessas circunstâncias, diríamos que as operações de leitura denominadas por Pêcheux (1981) de confrontar, deslocar, extrair e recortar não se efetivaram na M1; aquilo que aí poderia (de)marcar algum MS do **scriptor** restringe-se a um mero comentário (seu) no interior da M1, cuja significação pouco pode ser compreendida por nós.

Sobre isso que acabamos de dizer, nota-se que os primeiros períodos da M1, onde se tenta aduzir quais seriam os “aspectos determinantes para a conduta moral e ética de um indivíduo” (“a condição de vida interna elevada” e “os fatores sociais, econômicos e culturais” — “esclarece-nos” isso o **scriptor**), nada se relacionam ao que é dito na sequência. O período seguinte, o qual parece recuperar um argumento que, no TM (três últimos períodos), foi aí apresentando para elucidar objetivos de uma pesquisa a ser desenvolvida por pesquisadores gaúchos (pesquisa que pretende auxiliar políticas públicas em face de problemas de criminalidade), denota juízos do **scriptor** que não chegam a se configurar como uma tomada de posição (um MS) ante ao já-dito.

Isso, também, pode ser observado nos parágrafos seguintes da M1. Em seu segundo parágrafo, o qual continua funcionando como comentário de outras partes do TM, verificamos (em especial, nos dois enunciados sublinhados ali) outras confusões de sentidos. Em se tratando do 2º período da M1, o que daí se consegue perceber é que o **scriptor** recorreu a uma formulação comum no discurso científico, uma memória discursiva — a formulação usada para questionar posições socialmente sedimentadas, no caso, a formulação [X não possui um fim em si] —, a fim de “contestar” o estatuto de tecnologias e da ciência na vida humana. No entanto, o que nesse período da M1 foi formulado está defeituoso, impossibilitando, uma vez mais, a significação. Acerca do 5º período da M1, pouco dele conseguimos explicar, já que aí as ideias estão ainda mais problemáticas. Que funcionamento (ou MS) teria a objeção que o **scriptor** aí “assume” ante as pesquisas (conforme ilustra o TM/1º§) que utilizarão uma máquina de ressonância magnética para perscrutar diferentes regiões do cérebro de menores infratores? — perguntamo-nos.

Além dessas desordens de sentidos que conjecturamos como existentes na M1, nota-se, em seu último parágrafo, mais um caso de “meio plágio”. Este pode ser percebido no modo com que o **scriptor** alude-se a aspectos impossíveis de serem capturados por uma tomografia realizada do cérebro de criminosos (2º§). Portanto, todos os comentários aí formulados estão impossibilitados de relacionar tudo aquilo que os parágrafos anteriores “d-enunciam” acerca da (in)aceitabilidade de estudos científicos interferirem no cérebro humano para modificar comportamentos agressivos de pessoas “comuns” e de indivíduos criminosos.

Finalmente, em vista disso tudo que a materialidade (1) analisada permitiu-nos compreender, podemos, agora, reportar o posicionamento seguinte, de Pêcheux (1997), no qual o autor fala da possibilidade de desestruturação-reestruturação de fatos (discursos) em redes de

memórias discursivas. Segundo o autor:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56-57).

Face a esse posicionamento de Pêcheux, ressaltamos — para encerrar — que, em análises semelhantes a construída (que aduzem aspectos implicados à formulação de sentidos na linguagem) não há como localizar pontualmente “a” memória do dizer (o interdiscurso), já que cada um de nós está (ou é) afetado por diferentes redes de sentidos. Em sendo assim, àquele que também deseja compreender operações linguísticas realizadas por **scriptors** ante o dizer do outro, cabe ousar fazer isso pela via de possíveis lacunas no/do dizer, lacunas que apenas poderão indicar (e)feitos parciais disso.

## Referências Bibliográficas

CALIL, E. **Escutar o invisível**: escritura e poesia na sala de aula. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPEV. **Arquivo de prova**. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 03.01.2012

COURTINE, J. J. 1981/ 1999. O Chapéu de Clémantis. Trad. Bras. In: **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (orgs.). Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4<sup>a</sup>. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: **Análise de Discurso** - Michel Pêcheux, textos selecionados. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 141 a 150.

\_\_\_\_\_. **Matérialités Discursives**. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ANEXO (1): TM

O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o surgimento de tecnologias que permitem observar o que acontece durante atividades como o raciocínio, a avaliação moral e o planejamento. Ao mesmo tempo, essa revolução na fisiologia abre novas possibilidades para um campo da ciência que sempre despertou controvérsias de caráter ético – a interferência no cérebro destinada a alterar o comportamento de pessoas. Há duas semanas, um grupo de pesquisadores gaúchos ligados a duas universidades anunciou um projeto que vai estudar o cérebro de cinquenta jovens homicidas, com idade entre 15 e 21 anos, detidos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, a antiga Febem de Porto Alegre. Os jovens serão submetidos a uma série de imagens e sons violentos enquanto uma máquina de ressonância magnética funcional analisará a atividade de várias regiões do cérebro deles, principalmente o lobo frontal. Estudos feitos nas últimas décadas apontam que alterações no funcionamento do lobo frontal, situado sob a testa, podem ser responsáveis por perturbações no juízo crítico e por um aumento da agressividade. O anúncio do projeto provocou reações de protesto. Um manifesto contra a pesquisa vem ganhando a assinatura de cidadãos e entidades ligadas aos direitos humanos. “Supondo-se que se confirme a hipótese de que há alterações no cérebro dos infratores, que uso se fará dessas informações?”, pergunta a psicóloga Ana Luiza Castro, do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Na Inglaterra, está em curso uma pesquisa que pretende interferir no comportamento dos criminosos jovens de três instituições penais, reduzindo o índice de violência entre eles. O estudo, patrocinado pela entidade beneficente Wellcome Trust, vai adicionar à dieta dos presos trinta suplementos alimentares, entre eles os ácidos graxos, presentes em substâncias como o óleo de fígado de bacalhau. Supõem os pesquisadores que os suplementos serão capazes de tornar os criminosos mais sociáveis. Os detratores do projeto dizem que não há maneira de aferir o resultado da dieta no cérebro dos presos. “É certo que há alimentos que beneficiam o cérebro como um todo, mas não há como dizer que um deles beneficie a área da comunicação, outro a dos julgamentos morais e por aí afora”, diz a neurologista Lucia Mendonça, presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade. O questionamento ético inerente a esses estudos é evidente quando o comportamento anti-social esbarra em questões culturais. Os avanços da neurociência poderiam permitir aos aiatolás determinar uma intervenção médica no cérebro de uma mulher que se recusa a cobrir o rosto com véu de forma a “curar” sua rebeldia? No futuro, é possível que os testes para emprego exijam exames com tomografia ou ressonância magnética para avaliar se o cérebro do candidato tem características que o credenciem à vaga. Pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e do Rotman Research Institute, do Canadá, já contribuíram para esse cenário. Num estudo recente, eles avaliaram 36 pacientes que sofreram danos cerebrais como resultado de trauma ou retirada de um tumor benigno. Concluíram que as lesões no lobo frontal induzem a comportamento instável. “Nosso estudo mostra que danos em certas áreas do lobo frontal podem debilitar a capacidade de agir nas atividades rotineiras – um requisito-chave para conservar um emprego”, afirma o coordenador do estudo, o psicólogo Donald Stuss. Os autores da pesquisa com jovens homicidas gaúchos argumentam que a análise das imagens cerebrais é apenas um braço do estudo. Serão avaliados também fatores como o histórico familiar e a condição socioeconômica dos criminosos. O objetivo, segundo eles, é ajudar a formular políticas públicas para evitar que os jovens desenvolvam comportamento violento. É fácil entender como o fato de nascer em famílias dilaceradas ou miseráveis induz os jovens ao comportamento anti-social. Já a influência da configuração do cérebro nesse processo é duvidosa e deixa em aberto a questão: até que ponto é aceitável intervir no cérebro humano.

---

i Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: helder\_sousa@terra.com.br